



Projecto de Resolução nº 1068/XII/3ª

Censura o DEO e recomenda ao Governo uma estratégia orçamental credível e que promova o crescimento e o emprego

1. O DEO 2014-2020

Com este DEO o Primeiro-ministro voltou a faltar à sua palavra. Diz uma coisa e faz outra. Engana os portugueses permanentemente.

Havia agenda escondida. O Governo tinha prometido que não haveria aumento de impostos nem corte nos rendimentos dos portugueses.

O Governo anuncia com este DEO que:

- i) Vai haver aumento do IVA
- ii) Vai haver aumento da TSU (uma prenda cínica do Dia do Trabalhador)
- iii) Vai haver aumento dos impostos especiais sobre o consumo

São mais 350 milhões de impostos e contribuições que os portugueses vão ter que pagar em 2015 e que lhes reduzirá o rendimento.

Para mais, cortes que o Governo tinha prometido que eram provisórios passam agora a definitivos

1- Os cortes nas pensões passam a designar-se Contribuição de Sustentabilidade. Estes cortes nas pensões para este Governo são definitivos e constituem cortes retroactivos nas pensões em pagamento. (O Governo diz que nenhum pensionista fica com menos rendimentos do que tinha com a CES mas a verdade é que a generalidade dos pensionistas fica com pensão cortada face ao valor recebido antes da CES).

2- Os cortes na função pública vão manter-se. O Governo promete uma redução do corte em 2015 mas não se compromete com a reposição das remunerações. Pelo contrário, há a referência à nova tabela remuneratória única e novo sistema de suplementos, sem que o Governo tenha de coragem de dizer quais os cortes que vão ser feitos.

Um Governo que promete aumentar o salário mínimo é o mesmo que corta na realidade o salário mínimo porque lhe aplica um aumento da TSU.

Mas a agenda escondida continua. Com este Governo a única certeza é a política de austeridade.

- Há mais 1.400 M€ de cortes em 2015, sendo que na sua grande maioria não estão discriminados e o Governo esconde-os

- Que reduções estão previstas na função pública? Que despedimentos vão acontecer (ou “libertações” na expressão do Primeiro Ministro)?

Conclui-se pela leitura do DEO que enquanto este Governo estiver em funções os portugueses só podem contar com mais sacrifícios.

Outra conclusão que se retira é que não há qualquer política económica do Governo nem este Governo considera o emprego como uma prioridade.

2. Um documento que não é estratégico

O Governo tem apresentado sucessivos DEO's sendo que se há conclusões que se podem retirar é que nenhum dos documentos foi cumprido e que cada actualização desconsidera as versões anteriores e nem sequer aprende com os erros.

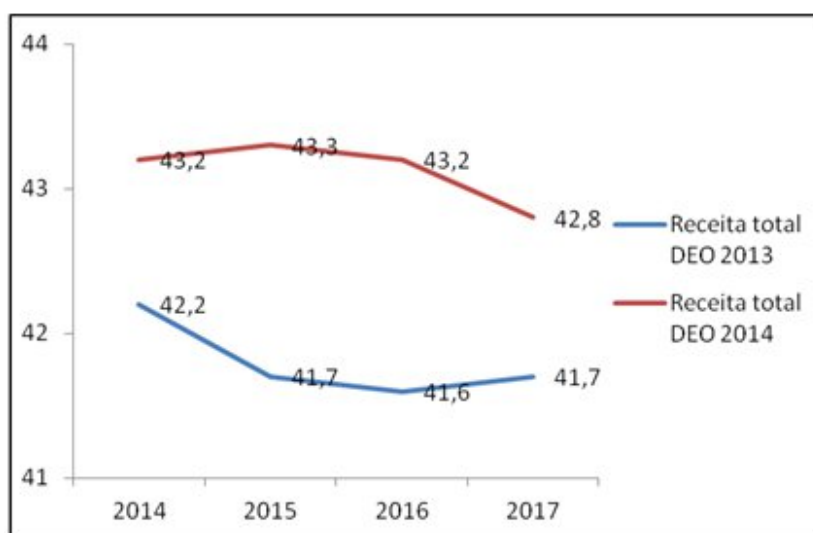
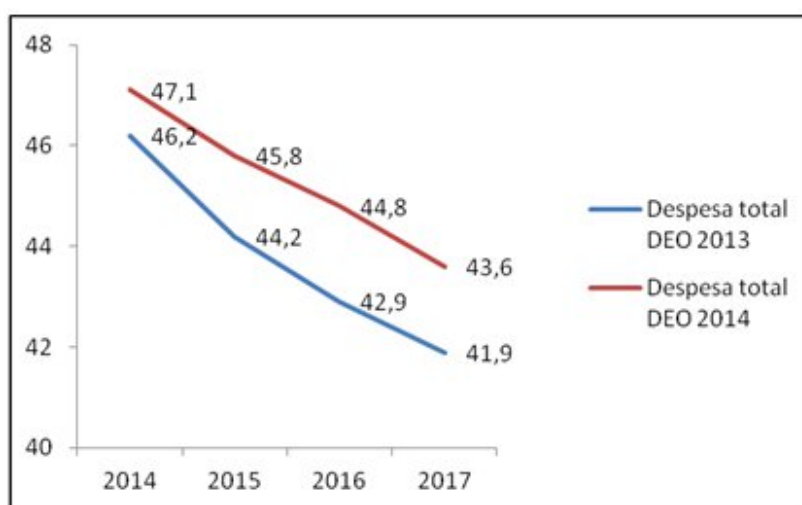
Como refere o Conselho de Finanças Públicas: “A possibilidade de actualização anual destes documentos habitualmente permitiu que cada revisão ignorasse as previsões e mesmo as medidas enunciadas no ano anterior. Essa prática retirou-lhes a natureza de compromisso de governação, capaz de servir de guia efetivo das expectativas dos agentes económicos.”

Os DEO's aparecem assim como o cumprimento de uma obrigação formal. E, ainda assim, com o intuito primeiro de preparar o documento para a Comissão Europeia

porque, como é sabido e o Governo tem reiterado com a sua prática política, o parlamento português só toma conhecimento dos papéis que o Executivo enviou para Bruxelas.

O Governo perde-se sempre em pretextos para aplicar a sua agenda ideológica mas em termos financeiros não só não se comprova que a consolidação orçamental esteja a atingir os objectivos pretendidos e anunciados como nem parece haver noção das grandezas em causa.

Repare-se com as projecções de despesa e receita pública se alteram de forma tão substancial no espaço de um ano:



Com a actual decisão do Tribunal Constitucional ficam em causa 0,35% de despesa em 2014 quando, em retrospectiva, a discrepância da despesa é muito maior do que esse valor face ao DEO de 2013.

Refira-se também que nos últimos anos foram aplicadas uma série de medidas de grande impacto orçamento que não estavam previstas no DEO, como aconteceu com as medidas extraordinárias de 2013, num valor da ordem dos 1.400 milhões de euros.

Um outro aspecto que ilustra o carácter não estrutura do DEO é a sua falta de articulação com os outros documentos de política económica do Governo. De facto não houve a preocupação nem há qualquer correspondência entre a suposta estratégia orçamental e

- 1) o Acordo Parceria. Sendo dois documentos de carácter plurianual e sendo o Acordo de Parceria um dos referenciais para o investimento, a requalificação e o aumento de competitividade, afigura-se que para o Governo os fundos comunitários não têm qualquer impacto nas finanças públicas
 - 2) a reforma IRS. Com avanços e recuos de vários membros do Governo não se compreende se o efeito financeiro foi acautelado
 - 3) o Orçamento Rectificativo que já foi anunciado, nomeadamente para reforço das instituições de ensino superior e o pagamento de dívidas da saúde
 - 4) a reforma do Estado, que entre guião e revisão, não sai do papel
 - 5) o anunciado plafonamento da SS que, se avançasse (com o que discordamos frontalmente) teria inevitáveis e profundos impactos na redução da receita da Segurança Social e, conseqüentemente, na necessidade de cobertura dos respectivos défices
3. Um documento que não serve Portugal e não tem justificação

O Governo apresenta o DEO como um documento necessário e sem alternativa. Não é verdade.

Este DEO tem objectivos que vão muito para além do necessário o que dá azo a que o Governo pretenda insistir nas doses de austeridade, com mais sacrifícios sobre os portugueses e penalizando a recuperação da economia nacional.

Recorde-se que o Tratado Orçamental prevê a redução de 0,5% do défice estrutural em cada ano. O Governo exagerou no passado com os efeitos conhecidos

Quadro II.2. Indicadores Orçamentais
(em percentagem do PIB e do PIB potencial)

	2011	2012	2013
Saldo global	-4,3	-6,4	-4,9
Saldo global excl. med. pontuais	-7,3	-5,8	-5,3
Saldo primário	-0,3	-2,1	-0,6
Saldo primário excl. med. pontuais	-3,3	-1,5	-1,0
Saldo estrutural	-6,3	-3,6	-2,8
Saldo primário estrutural	-2,2	0,7	1,5
Receita estrutural	40,9	40,6	42,8
Despesa primária estrutural	43,1	39,9	41,3

Fontes: INE e Ministério das Finanças.

E o Governo pretende continuar a exagerar no futuro:

- i) Com ajustamentos superiores a 0,5%
- ii) Com o objectivo de atingir os 0,5% de défice um ano antes do necessário
- iii) Com ajustamentos para além do momento em que se atinge o objectivo de médio e longo prazo

Quadro II.8. Principais Indicadores de Finanças Públicas 2014 - 2018
(% do PIB)

	2014 ^(p)	2015 ^(p)	2016 ^(p)	2017 ^(p)	2018 ^(p)
Saldo global	-4,0	-2,5	-1,5	-0,7	0,0
Saldo primário	0,4	1,8	2,7	3,4	4,2
Saldo estrutural	-2,1	-1,3	-0,8	-0,5	-0,2
Var. saldo estrutural	0,7	0,8	0,5	0,3	0,3
Saldo primário estrutural	2,3	3,0	3,4	3,7	4,0
Receita estrutural	42,9	43,2	43,2	43,0	43,0
Despesa primária estrutural	40,6	40,2	39,8	39,4	39,0

Fonte: Ministério das Finanças.

Este esforço excessivo e injustificado penaliza fortemente a economia nacional e põe em causa a coesão nacional.

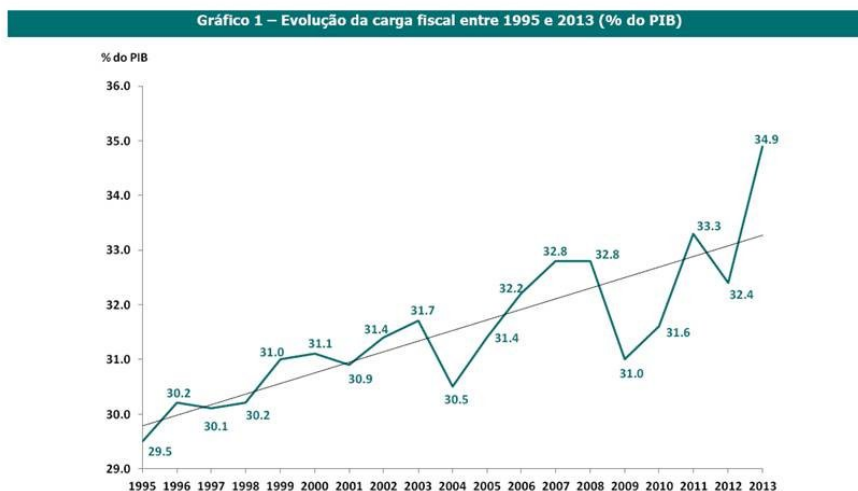
Como fizemos questão de notar, o Parecer do Conselho Económico e Social sobre o DEO deixa várias indicações importantes que correspondem a posições que o PS tem vindo a adotar.

As medidas como a criação da contribuição de sustentabilidade e o aumento de impostos quebram significativamente o contrato de confiança entre os cidadãos e o Estado. Esta quebra de confiança é particularmente gravosa, porque nada disso foi anunciado aos portugueses.

Por isso também se realça que a “estratégia” orçamental seguida não funciona nos planos económico, financeiro e social, resultando em quebra da procura interna e no afundamento da economia.

Este DEO também é particularmente censurável porque o seu horizonte temporal é 2018 mas esta legislatura termina em 2015. Estamos perante um documento de um Governo em fim de ciclo e cuja estratégia orçamental não tem suporte social e tem apenas o beneplácito da maioria que suporta aquele mesmo Governo.

Não deixa de ser também tristemente irónico que o Governo tenha como resposta possível para as medidas inconstitucionais o aumento de impostos. De facto, este Governo, dito liberal, fez o mais brutal aumento de impostos da história portuguesa. As estatísticas que o INE apresentou recentemente não deixam qualquer dúvida sobre o “enorme” aumento de impostos.



4. Um documento que não existe

O DEO 2014-2020 foi recebido com críticas quase generalizadas de especialistas económicos não só pela trajectória delineada mas também pela ausência de medidas concretas que suportassem a pretendida redução da despesa.

Na mesma linha o Conselho de Finanças Públicas alerta para o facto de:

“Adicionalmente, o peso elevado de medidas não especificadas (0,7% do PIB em 2014 e 0,3% no ano seguinte) é um risco a ter em conta. Relativamente aos anos 2016 a 2018, o DEO é

omisso quanto às medidas adicionais de consolidação necessárias para atingir as metas ora anunciadas. Embora com menos detalhe do que nas medidas para 2015, seria desejável que o DEO/2014 explicitasse a orientação e o montante global das medidas de receita e despesa que estão implicitamente assumidas no cenário macroeconómico e no quadro de programação orçamental.”

Para além do carácter vago e desconexo do documento, nas últimas semanas a credibilidade do DEO já tinha sido fortemente abalada nos seus pressupostos

- Como vê o Governo a revisão em baixa do crescimento do PIB em 2014 ontem conhecido quando o Min Pires de Lima dizia que agora era só revisões em alta?
 - Outro elemento em que a Comissão Europeia parece desactualizada é na dívida pública porque hoje mesmo a Banco de Portugal vai anunciar que o Governo tinha aumentado a dívida pública em mais 5 mil milhões de euros só em Abril. A dívida pública bate mais um recorde e deve ter ultrapassados os 135% do PIB
- O Governo não retira nenhuma conclusão do retrocesso nas exportações

De qualquer das formas a verdade é que é a recente decisão do Tribunal Constitucional invalida por completo os pressupostos apresentados pelos Governo. Que sentido faz discutir este DEO se é vazio de medidas e o próprio Governo já disse que ficava em causa com os chumbos do TC?

Se o próprio Vice-primeiro-ministro e a Ministra das Finanças dizem que o DEO está em causa com a conclusão de que a estratégia orçamental do Governo passa essencialmente por medidas inconstitucionais, é dever desta Assembleia da República, se o governo não o fizer antes, considerar que o DEO 2014-2020, apresentado no dia 30 de abril, não está em condições de ser considerado como referência para a estratégia orçamental de Portugal para s próximos anos.

Nestas circunstâncias e ao abrigo dos preceitos regimentais, os deputados abaixo assinados recomendam:

- 1) Que o DEO 2014-2018 apresentado pelo Governo mereça censura porquanto não configura um verdadeiro documento de estratégia orçamental, não corresponde a qualquer estratégia orçamental que sirva o país e, segundo as palavras dos próprios governantes, deixou de existir porque os seus pressupostos não se confirmam;
- 2) Que seja iniciado um processo de renegociação dos termos da consolidação das contas públicas portuguesas que alie o objectivo de sairmos rapidamente do Procedimento de Défices Excessivos com a prioridade da recuperação da economia e do emprego;
- 3) Que o Governo se abstenha de substituir medidas previstas no DEO por outras medidas com carácter recessivo (nomeadamente aumento de impostos e corte nos rendimentos de funcionários públicos e de pensionistas) ou que ponham em causa a qualidade e o acesso aos serviços públicos.

Os Deputados

Pedro Marques

António Braga